

Processos de patrimonialização na produção do espaço urbano do Centro Histórico de Belém, PA

CLEBER AUGUSTO TRINDADE CASTRO*

CELIO AUGUSTO TRINDADE CASTRO**

Resumo: Este estudo objetiva analisar o processo de patrimonialização no bairro Cidade Velha (Belém-PA), para compreender de que modo esse processo tem contribuído à produção do espaço urbano dessa área. Realizou-se a identificação dos agentes da patrimonialização do Centro Histórico de Belém e a análise de suas estratégias de apropriação e uso do espaço. Tal abordagem procura evidenciar o modo de atuação dos diversos agentes sociais na transformação de elementos culturais em patrimônio, apresentando-se como possibilidade metodológica de compreensão da produção do espaço através da patrimonialização. O estudo foi desenvolvido com pesquisa bibliográfica e documental, além de um trabalho de campo, com observação direta e entrevistas semiestruturadas com grupos de agentes ligados ao Estado, às organizações empresariais e trabalhadores informais, moradores do bairro e produtores culturais. O trabalho evidencia que a pretensa unificação identitária por interesses e tradições comuns do patrimônio cultural é acompanhada por conflitos territoriais observados no espaço patrimonializado do bairro Cidade Velha. Assim, na perspectiva do patrimônio cultural, existem tantos grupos sociais unidos quanto divergências sobre que elementos culturais e como devem ser patrimonializados.

Palavras-chave: Patrimônio cultural; áreas urbanas centrais; Amazônia.

Abstract: This study aims to analyse the patrimonialization process in the Old Town of Belém to understand how this process has contributed to the production of urban space in this area. Agents of the patrimonialization of the Old Town of Belém and the analysis of their strategies of appropriation and use of space were carried out. This approach seeks to show how the various social agents act in the transformation of cultural elements into "Heritage", presenting itself as a methodological possibility of understanding the production of space through Cultural Heritage process. The study was developed with bibliographical and documentary research, as well as a field work, with direct observation and semi-structured interviews with groups of agents linked to the State, business organizations and informal workers, residents of the Old Town and cultural producers. The work shows that the alleged unification of identity by common interests and traditions of cultural heritage is accompanied by territorial conflicts observed in the patrimonial space of the Old Town. Thus, in the perspective of cultural heritage, there are as many social groups united while there are also divergences on what cultural elements and how they should be patrimonialized.

Key words: Cultural heritage; central urban areas; Amazon.



* **CLEBER AUGUSTO TRINDADE CASTRO** é doutorando em Turismo (UFRN); professor do Departamento de Turismo da UFRN.



** **CELIO AUGUSTO TRINDADE CASTRO** é graduado em História (UFMT).

Introdução

Na Amazônia brasileira, o processo socioespacial de patrimonialização tem possibilitado rearranjos em áreas urbanas, como nas cidades de Rio Branco (AC), Manaus (AM) e no Centro Histórico da cidade de Belém (PA), esta última que tem recebido, principalmente a partir do fim dos anos de 1990, ações governamentais e apropriações privadas de refuncionalização de elementos espaciais que dizem respeito à história e à cultura da cidade.

Nesse contexto, este estudo objetiva analisar o processo de patrimonialização no bairro Cidade Velha (Belém-PA), para compreender de que modo esse processo tem contribuído à produção do espaço urbano dessa área, através da identificação dos agentes da patrimonialização do Centro Histórico de Belém e da análise de suas estratégias de apropriação e uso do espaço.

Para o desenvolvimento do estudo, com abordagem qualitativa, foram realizados levantamentos e análises de bibliografias e documentais, para o acesso a dados sobre o bairro estudado, focando no seu processo histórico de construção e registro de políticas que contribuíram para sua patrimonialização. O estudo também contou com um trabalho de campo, desenvolvido com observação direta, através do envolvimento com agentes de diversos grupos sociais que atuam no bairro Cidade Velha (moradores, trabalhadores, agentes estatais, visitantes, promotores culturais, outros pesquisadores da área etc.) e a participação em diversos momentos da vida desses agentes, como princípio da observação direta.

Além disso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os agentes ligados aos órgãos públicos: Superintendência do IPHAN no Pará, SECULT e FUMBEL. Também foram entrevistados os Presidentes das associações de moradores do bairro Cidade Velha (Associação Cidade Velha, Cidade Viva e Associação de Moradores do Bairro Cidade Velha), trabalhadores autônomos que atuam no bairro e um representante dos promotores de eventos culturais no bairro.

A produção do espaço urbano e os processos de patrimonialização

Ao apresentar a concepção de que o espaço é construído pelas relações sociais e, dialeticamente, tais relações são influenciadas pelo espaço, Lefebvre (1992) amplia a própria compreensão da sociedade, propondo que suas dinâmicas estão integradas ao espaço material, possibilitando o entendimento de que a materialidade e imaterialidade da vida humana são indissociáveis. Desse modo, as dimensões sociais (cultura, política, economia, lazer etc.) são diretamente influenciadas pela configuração espacial dada pela natureza e/ou edificada por uma sociedade, ao mesmo tempo em que essas dimensões influenciam tal configuração.

Nessa perspectiva, o espaço do patrimônio cultural não corresponde meramente ao substrato de materialidade no qual ocorrem a cultura e a história de um lugar, mas na perspectiva da produção do espaço, o espaço patrimonial é produzido a partir das relações sociais entre os diversos agentes envolvidos nesse processo, e, portanto, integrado à essas relações.

As cidades têm sua história de adequação das práticas humanas

considerando aspectos da materialidade dada, ao mesmo tempo em que, por consequência das reações entre os diversos agentes presentes nesse espaço, os objetos espaciais transformam-se, em forma e significado.

Atualmente, observamos que esses antigos centros urbanos das cidades brasileiras, em especial as áreas que foram centros urbanos nos séculos XVIII e XIX, que mudam de função por conta do processo de descentralização urbana, passam a compor os “centros históricos”, com medidas de proteção legal de seu uso e apropriações, no paradigma de preservação de aspectos culturais e dos objetos espaciais dessas áreas.

Desse modo, os centros históricos, ao mesmo tempo em que podem ser tidos como testemunhos da vida social pretérita do lugar, podem ser analisados como espaço presente que é resultado de um processo de produção espacial historicamente desenvolvida. Além disso, as atuais políticas culturais, que ressaltam a importância dessas áreas para a história e para a cultura da cidade, são consequências de um processo decisório e da atuação de agentes sociais, que ocorrem no tempo presente.

Em diversas situações, espaços apontados como degradados são, na verdade, espaços possuem funções sociais que não são consideradas esteticamente adequadas, na lógica de que esses espaços devem servir de cenários para atividades da indústria cultural e para o turismo superficial (CASTRO; TAVARES, 2016a).

O processo de construção da noção de patrimônio cultural que se conhece hoje tem seu início relacionado com o período histórico do século XVIII, no contexto da Revolução Francesa e da

formação dos Estados Nacionais (CHOAY, 2001). A noção de elementos da materialidade e das práticas sociais que se herdam do passado, e que são comuns a todos os indivíduos de uma nação, é fundamental para a efetivação dessa ideia da própria ideia de “nação”.

Canclini (1999, p. 17) diz que “patrimônio cultural expressa a solidariedade que une os que compartilham um conjunto de bens e práticas que identificam, mas geralmente também um lugar de cumplicidade social”. Esse conjunto de bens e práticas aproxima-se da concepção de espaço usada nesse trabalho, ao entender que o patrimônio cultural é composto tanto por práticas culturais (que está no campo do sistema de ações), quanto da materialidade de objetos, lugares e edificações (sistema de objetos). Por isso, é possível observar que, o processo de patrimonialização da cultura é refletido intrinsecamente em processo de patrimonialização espacial.

No entanto, muitas vezes a noção de patrimônio (cultural ou histórico) aparece como se os bens materiais e imateriais da cultura tivessem se transformado em patrimônio por sua valorização no passado. Mas, Bertonecello (2010, p. 36) adverte que “[...] o patrimônio não é algo que tem origem no passado e é meramente recebido no presente, mas sim o contrário, é a partir do presente que leva a diante os processos de definição do patrimônio”. Desse modo, a seleção do que é considerado valoroso e representativo da cultura e da história dos grupos sociais e dos lugares é uma escolha que acontece por agentes no presente.

Essa seleção obedece a lógicas e interesses atuais, a intencionalidades de atores sociais concretos, com a ação do

Estado, expressando, portanto, as relações de poder existentes na sociedade atual. No processo de patrimonialização, atuam múltiplos grupos de agentes sociais, por isso, Choay (2001), Frigolé (2010), Castro e Tavares (2016b) indicam que, na verdade, existem múltiplos processos de patrimonialização, e é essa multiplicidade de agentes e processos que compõe o processo de patrimonialização que contribui para a produção atual do espaço urbano do Centro Histórico de Belém que este trabalho se propõe a apresentar e analisar.

Canclini (1999) explica que as atividades empenhadas em definir o que é o patrimônio de determinada sociedade, bem como a preservação e difusão desses bens, amparadas pelo prestígio histórico e simbólico que possuem, quase sempre resultam em certa simulação, ao pretender passar a ideia (ou ignorar o fato) de que a sociedade não está dividida em classes, etnias e grupos, ou pelo menos que a grandiosidade e o respeito por esses bens transcendem essas “fraturas sociais”.

Logo, torna-se evidente que o processo de patrimonialização acontece por meio de relações díspares entre os diversos grupos sociais, que se fazem presentes no espaço patrimonializado. Isso implica na concepção de que os aspectos espaciais envolvidos nesse processo possuem valores e relações identitárias diferentes, e muitas vezes conflitantes, entre os agentes desses grupos.

Canclini (1999) aponta o setor privado, o Estado, e os movimentos sociais como os tipos de agentes que interagem, contraditoriamente, no processo de patrimonialização, enquanto disputa econômica, política e simbólica. No

entanto, este autor ressalta que é incorreto considerar que as classes populares apenas estão em posição de subordinação em relação aos grupos hegemônicos.

Do mesmo modo, é incorreto reduzir a apropriação e utilização do espaço patrimonializado por agentes do mercado a uma deterioração (física e simbólica), já que muitas vezes são esses agentes quem financiam o “cuidado” com o patrimônio, as ações de preservação, reforma e conservação, visando a agregação de valores econômicos aos seus negócios.

Agentes e estratégias da patrimonialização no Centro Histórico de Belém

Em meados do século XX são elaborados os primeiros dispositivos legais que objetivavam a proteção de monumentos existentes em Belém, muitos deles localizados no bairro Cidade Velha. Ações nesse sentido prosseguem até os dias atuais, como primórdios da política preservacionista do patrimônio que temos hoje, a exemplo da aprovação do tombamento do bairro Cidade Velha, como patrimônio cultural nacional (antes disso, apenas parte do bairro era protegido por leis estadual e municipal).

No âmbito das políticas de preservação e conservação do patrimônio histórico e cultural do bairro, existem dispositivos legais, bem como programas e projetos das três esferas do Estado brasileiro (federal, estadual e municipal). Esse fato ora contribui com o objetivo de valorização dos bens patrimoniais, ora gera conflitos político-territoriais, pela superposição e contradições nas concepções e nas estratégias diferenciadas por parte dessas políticas.

Ainda que haja essa diversidade de instrumentos legais que garantem uma

proteção legal de áreas da Cidade Velha, diversos espaços públicos e edificações não recebem ação pública para a efetiva proteção e preservação do patrimônio edificado. Além disso, há uma tendência de diversos órgãos estatais ocuparem prédios protegidos por leis referentes ao patrimônio cultural, o que causa, na maioria dessas situações, além da refuncionalização, mudanças nos aspectos físicos desses objetos espaciais. Essas ações têm se justificado como alternativa de preservar os objetos espaciais que fazem parte do patrimônio cultural da cidade e se apresenta como uma maneira de destinar um uso a esses espaços, garantindo-lhes o cuidado necessário à sua preservação.

Em 1998 foi inaugurada a primeira etapa do projeto “Feliz Lusitânia”, que fez intervenções na Igreja de Santo Alexandre e no antigo Palácio Episcopal, onde passou a funcionar o Museu de Arte Sacra do Pará. Esse projeto refere-se à reordenamento de uma área de aproximadamente 50.000 m², realizada pelo Governo do Estado do Pará no núcleo histórico de fundação da cidade de Belém, no bairro Cidade Velha. A segunda etapa promoveu a restauração de oito edificações situadas na Rua Padre Champagnat, anexas àquela Igreja, desapropriadas e restauradas. A terceira etapa compreendeu a renovação do Forte do Castelo, onde passou a funcionar o Museu do Forte. Na quarta e última etapa revitalizaram-se a Casa das Onze Janelas (antiga residência e Hospital Militar) e seus anexos, jardins e entorno imediato (TRINDADE JR.; AMARAL, 2006).

Na atualidade, o bairro é contemplado por dois programas do governo federal brasileiro, que visam à preservação do patrimônio cultural no bairro. Um deles

é o Programa Monumenta, criado em 1997 (mas somente efetivado em 2000), sob responsabilidade do Ministério da Cultura (MinC), com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Esse programa objetiva o financiamento de obras de restauração e reforma de imóveis privados, localizados em áreas protegidas legalmente, como é o caso do bairro Cidade Velha (BRASIL, 2011)

Além disso, o bairro, como parte do Centro Histórico de Belém, está contemplado pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) das Cidades Históricas, criado em 2009 e também sob gestão do MinC. Esse programa visa ações mais amplas de melhorias na qualidade das estruturas e dos serviços urbanos, nas cidades que apresentam aspectos importantes para a história e para a cultura do Brasil, de acordo com definições dessas instituições. Vale ressaltar que essas políticas, bem como os agentes da iniciativa privada relacionados a elas, veem o turismo como uma atividade que possibilita ganhos econômicos com a preservação e conservação desses bens patrimoniais.

A Universidade Federal do Pará, enquanto instituição estatal, também tem atuado nos processos de patrimonialização e turistificação do bairro Cidade Velha, por meio de dois projetos de extensão: O Fórum Landi e o Roteiros Geoturístico: conhecendo o Centro Histórico de Belém na Amazônia (TAVARES et al., 2012). O primeiro, vinculado à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da universidade, tem o objetivo de realizar pesquisas e propostas de intervenções nas edificações projetadas pelo arquiteto Antônio Landi, presentes na Cidade Velha e em outros espaços de Belém. Esse projeto tem subsidiado ações de

outros órgãos do Estado, bem como empresas privadas, a realizarem ações de restauro e preservação de prédios. Além disso, o projeto também elaborou um roteiro turístico pelas obras do arquiteto, e é ofertado por Guias de Turismo qualificado em cursos, que também fizeram parte do projeto.

Para entender a atuação dos agentes ligados diretamente e ativamente ao setor econômico, consideramos os diversos agentes, que de maneiras diferentes atuam como detentores de meios de produção, seja organizados em empresas formais do circuito superior da economia urbana, ou os trabalhadores autônomos e informais, que forma o circuito inferior desse sistema econômico.

Na Cidade Velha, observamos que um dos modos de atuação, relativo a intervenções diretas no patrimônio cultural, por parte de grandes empresas é o financiamento de reformas nos aspectos estéticos de edificações do bairro. Dois projetos exemplificam esse fato: “Tudo de cor para você” e “Restauro da Igreja Nossa Senhora do Carmo”. O primeiro corresponde ao principal projeto socioambiental no Brasil da multinacional holandesa AkzoNobel, à qual a empresa de produção e comercialização de tintas Coral pertence. O projeto foi aprovado e autorizado pela FUMBEL e recebeu apoio da CiVviva. Percebemos que projetos dessa natureza estão ligados a concepções de intervenções meramente paisagísticas das edificações que fazem parte do patrimônio cultural oficializado, que resulta na construção de cenários, que muito servem ao turismo, onde se pode perceber o uso de cores fortes, típicas em Centros Históricos usadas também pelo turismo.

O projeto de restauro da igreja de Nossa Senhora do Carmo será financiado pela

mineradora Vale, sob a coordenação da Arquidiocese de Belém. O projeto foi elaborado pelo IPHAN-Pará, em 2004, e contará com um patrocínio de mais de R\$ 4 milhões da Vale (CAVALCANTE, 2012), via Lei Rouanet (BRASIL, 1991), do Governo Federal, que estabelecer o Programa Nacional de Apoio a Cultura. Podemos perceber, então, que essas empresas, que movimentam grande capital, atuando inclusive no mercado transnacional, empenham-se em ações que promovem elementos (principalmente materiais) do patrimônio cultural da cidade, com interesses adjacentes de ganhos financeiros por meio de incentivos fiscais, e/ou ganhos em valorização de sua marca perante a sociedade, uma vez que passam a estar relacionadas a ações de valorização e apoio a promoção do patrimônio cultural. Portanto, essas ações são estratégicas para os princípios de marketing empresarial dessas instituições.

Por outro lado, as ações de patrimonialização empreendidas pelo Estado subsidiam a instalação e o desenvolvimento das atividades mercadológicas nas áreas patrimonializadas. Uma prática comum, observada nos projetos Feliz Lusitânia e Parque Mangal das Garças, é a sessão de espaços refuncionalizados pelo Estado para a instalação de restaurantes de alto padrão. Nesses espaços funcionam, respectivamente, o Boteco das Onze e o Manjar das Garças. Após a finalização das ações de restauro da Catedral de Belém, localizada no Complexo Feliz Lusitânia, em 2009, ocorreu a instalação de uma loja de *souvenir* no interior desse templo, com venda de objetos religiosos, mas também com produtos destinados à visitantes externos à cidade, com frases do tipo “lembrança de Belém”, “fui em

Belém e lembrei de você”, etc., adaptando-se à demanda de turistas que, segundo uma funcionária da loja, são frequentes nessa igreja.

Nos espaços patrimonializados da Cidade Velha, observamos que alguns serviços também são prestados por trabalhadores autônomos (no sentido de atuarem no mercado sem a venda de sua força de trabalho a outros), não formalizados, mas que estão muito presentes nesses espaços. Esse é o caso de vendedores de alimentos, bebidas, brinquedos, souvenir, e também reparadores de carro, entre outros. Não existe uma organização institucional que represente o conjunto desses trabalhadores (associações, cooperativas, etc.). Segundo um desses trabalhadores, eles instalam-se e atuam às proximidades dos espaços patrimonializados por que há um fluxo de pessoas que utilizam tais espaços para atividades de lazer, e que, portanto, são possíveis consumidores de seus produtos e serviços ofertados.

Essas informações mostram-nos que há uma apropriação economicamente produtiva dos espaços patrimonializados, mas que, obviamente, ocorre de modo desigual, considerando os diversos grupos de agentes econômicos. Tal apropriação, juntamente com os projetos estatais, explicitam as áreas do bairro que predominantemente são consideradas nos discursos e nas ações sobre patrimônio urbano de Belém. Nossa compreensão do modo como as pessoas que vivem no bairro atuam nos processos de patrimonialização partiu, principalmente, dos contatos com as duas associações de moradores existentes no bairro e de nossa participação em reuniões envolvendo esses moradores. Notamos que as associações atuam de modo diferente e

com quase sem articulação nenhuma entre si.

O diretor de cultura da Associação de Moradores do Bairro Cidade Velha explicou que essa instituição tem a participação de moradores de toda a extensão do bairro, mas que essa participação é pequena. Esse agente informou-nos, ainda, que a associação atua principalmente na valorização da cultura popular que existe no bairro, apoiando a realização de eventos ligados à manifestação dessa cultura. Um ponto bastante ressaltado pelo representante daquela associação foi o fato de a instituição, nem os moradores, serem consultados ou considerados nos projetos estatais de intervenção no bairro. Apenas os projetos ligados à universidade aproximaram-se dos moradores e, de algum modo, consideraram suas demandas.

A presidente da Associação Cidade Velha, Cidade Viva explicou que essa organização atua predominantemente na Cidade Velha patrimonial (de acordo com a subdivisão proposta neste trabalho), alegando que a parte do bairro que compõe a periferia deste núcleo possui uma dinâmica socioespacial e não possui elementos patrimoniais históricos tão importantes (e antigos) quanto as do núcleo inicial da cidade.

Observamos, por outro lado, que as duas associações possuem poucos moradores oficialmente associados. Ambos representantes das organizações justificam tal fato pelo pouco interesse dos moradores na organização política e representativa do bairro, mas que são procurados quanto a assuntos particulares referentes a reclamações pontuais de alguns moradores. Tal fato é importante para compreendermos que, se de um lado o Estado não possui práticas participativas na elaboração e

implementação de projetos no espaço do bairro, de outro os moradores não possuem estratégias de auto-organização e participação em atividades coletivas que digam respeito a problemas e demandas do bairro, em sua totalidade e diversidade.

A representante da CiVviva expôs que os moradores possuem diversas reclamações quanto ao não cumprimento dos instrumentos legais que protegem o bairro e da ausência de fiscalização quanto a diversas infrações cometidas no bairro. Ela explica que o uso do bairro para realização de eventos públicos e festas privadas, em muitas situações, desrespeita o sossego dos moradores e contribui para problemas como a presença de lixo em espaços do bairro. A mesma informante também disse que não há fiscalização, nem orientação técnica aos moradores quanto às obras de reformas das casas protegidas legalmente, o que tem causado inúmeras descaracterizações estéticas de prédios, quanto aos seus estilos originais. Outro problema apontado por ela foi o estacionamento irregular de veículos, que é muito comum no bairro, pelo fato de, principalmente na parte patrimonial, muitas residências terem sido construídas sem espaço para garagem. Esse problema, conforme nossas observações, é agravado quando da realização de eventos culturais no bairro. A presidente da CiVviva explica que tal problema prejudica o deslocamento pelas calçadas do bairro, especialmente por parte da população idosa que vive nessa área.

Diante desses problemas, a CiVViva desenvolveu uma ação intitulada “Multa Moral”, que consiste na distribuição de uma notificação da associação a pessoas que cometerem alguma infração legal, considerando a legislação urbana,

principalmente o Código de Postura do município e os instrumentos legais de proteção do patrimônio cultural da cidade. A notificação, sem caráter legal fiscalizatório, identifica a infração que está sendo cometida e indica maneiras de punições que podem ser pagas voluntariamente por conta do erro cometido. Tal ação é justificada pela ausência do Estado, por meio de seus de seu arranjo institucional, em fiscalizar a aplicação da legislação que rege o uso do espaço urbano pelos diversos agentes sociais que produzem esse espaço.

Notamos também que a Igreja Católica influencia a dinâmica espacial da parte patrimonial do bairro, no que se diz respeito ao uso cultural e turístico de templos e áreas próximas a estes. A realização de eventos em áreas próximas a templos católicos, a visitação e intervenções de preservação física destes são realizadas mediante a ciência e autorização prévia da administração da Arquidiocese de Belém.

O bairro Cidade Velha, sendo parte do Centro Histórico de Belém, contém muito dos elementos do patrimônio cultural oficializado da cidade, diversos eventos culturais são promovidos e realizados neste bairro. Tal fato é exemplificado pelo “Auto do Círio”, projeto de extensão da UFPA, realizado na sexta-feira que antecede a procissão principal do Círio de Nazaré. Este evento é um cortejo teatral dramático que tem como objetivo apresentar uma releitura do próprio Círio, ressaltando manifestações profanas, relacionando-os com a cultura paraense e a religiosidade, utilizando-se de sátiras e elementos carnavalescos. Outras programações realizadas nesse bairro são o Festival de Verão, a Seresta do Carmo, o Arrastão do Peixe Boi e o

Auto de Natal, que ocorrem ao longo do ano.

Para entender melhor a dinâmica de promoção e realização de eventos culturais na Cidade Velha, nos aprofundamos em informações coletadas a partir de observações em campo e entrevista com um produtor cultural, focando nas atividades relacionadas ao carnaval. Neste contexto, observamos diversas manifestações ligadas ao carnaval, como os blocos de rua, inclusive aqueles que acontecem tanto na Cidade Velha patrimonial, quanto na Cidade Velha periférica.

Levantamos, mais especificamente, informações sobre o bloco Fofó de Belém, o qual tem cerca de 20 anos e foi inspirado em um antigo bloco existente no bairro, chamado Afoxé do Guarda-Chuva. Estas informações foram dadas pelo organizador dessa manifestação, que teve sua carreira de artista iniciada no bairro. O mesmo explicou que o seu objetivo principal é exhibir-se enquanto artista, no entanto, tem consciência de que, “cria um conceito” de continuação de manifestações ligadas ao carnaval, como as marchinhas, a caranga, uso de máscaras, blocos de rua, que estão na memória afetiva, e se misturam com práticas culturais mais recentes.

Além disso, essas manifestações recebem apoio do Estado através de projetos de incentivo à cultura e outros tipos de financiamento como de empresas privadas e doação de amigos, sendo que a organização prima pela gratuidade e livre acesso de todos ao evento. Ainda que existam esses incentivos estatais, há também uma competição entre o Estado e os produtores culturais a respeito do destino dos investimentos. Segundo o mesmo organizador, alguns artistas, que

estão intimamente relacionados aos órgãos públicos, investem em suas próprias carreiras e em grupos próximos, sem uma divisão democrática.

Dentre os eventos culturais realizados na Cidade Velha, aqueles relacionados ao carnaval são os que geram mais conflitos no bairro, de que acordo com nossas observações. De um lado, uma quantidade grande de pessoas lotam ruas do bairro, tanto na parte oficialmente patrimonializada, quanto na parte de ocupação mais recente, em eventos organizados por moradores da área e promotores culturais externos (quanto à moradia) ao bairro. Por outro lado, parte dos moradores é contra esses eventos (ou o modo como eles acontecem), atuando, inclusive, para impedir sua realização.

Essas situações, inclusive, motivam mais a participação dos moradores junto às organizações que os representam no bairro, do que as discussões, nessas mesmas organizações, sobre projetos estatais que incidem sobre o espaço do bairro. Tal comparação é possível a partir de nossa participação em diferentes reuniões, principalmente da CiViva, onde a pauta sobre reivindicações de proibição dos eventos ligados ao carnaval atraiu mais moradores, com diferentes opiniões, do que, por exemplo, as reuniões sobre a proteção federal da área ou para elaboração de propostas para o bairro ao governo municipal.

Considerações finais

O Estado, em escalas municipal, estadual e nacional, vem elaborando instrumentos legais e políticas públicas de proteção, valorização e regulação do Centro Histórico de Belém, oficializado sua função socioespacial de patrimônio cultural. No entanto, essa proteção

coexiste com a negligência com o cuidado necessário para a manutenção, em especial da materialidade, desse espaço.

A iniciativa privada tanto de grandes empresas quanto de agentes do circuito inferior da economia atua na oferta de produtos e serviços relacionados com a presença de visitantes e moradores da cidade presentes no bairro para atividades de lazer e uso dos bens patrimonializados. Também existem ações de reforma a prédios legalmente protegidos, financiadas por empresas privadas.

A comunidade, em algumas situações, reclama o fato de habitarem prédios oficialmente patrimonializados, pois isso restringe seu poder de executar mudanças nas estruturas físicas de suas casas, mas, em outras ações, objetivam a proteção e a preservação de elementos do patrimônio cultural presente no bairro. Subgrupos da comunidade do bairro colaboram com a realização de eventos e outras ações dos movimentos culturais externos ao bairro, que defendem sua preservação e seu uso para a cultura e a arte da cidade, enquanto outros subgrupos atuam contra algumas ações de tal movimento.

A pretensa unificação identitária por interesses e tradições comuns do patrimônio cultural é relativa, nesse estudo, pois os diversos conflitos territoriais observados no espaço patrimonializado do bairro Cidade Velha demonstra que, pela perspectiva do patrimônio, se grupos sociais são unidos, há também muita divergência quanto ao que deve ser patrimonializado e mais ainda sobre o modo como esse patrimônio deve ser apropriado e usado.

Assim, de modo geral os processos relacionados à patrimonialização do Centro Histórico de Belém, a partir de

seus grupos heterogêneos de agentes sociais, contribui de maneira múltipla para a produção material e simbólica de um espaço desigual e com conflitos territoriais, ainda que evidencie a importância histórica e cultural dessa área para a cidade e para a região.

Referências

BERTONCELLO, R. Turismo y patrimonio, entre la cultura y el negocio. In: Paes, M.; OLIVEIRA, M. (Orgs.). **Geografia, turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Annablume, 2010, p. 33-53.

BRASIL. Lei nº. 8.313, de 23 de dezembro de 1991. Lei Rouanet. Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 1991.

BRASIL. Programa Monumenta. Disponível em <http://www.monumenta.gov.br/site/>. Acesso em 14.04.2011.

CANCLINI, N. Los usos sociales del patrimonio cultural. In: Criado, E. (Org.). **Patrimonio Etnológico: nuevas perspectivas de estudio**. Andalucía: Consejería de Cultura, 1999. p. 16-33.

CASTRO, C.; TAVARES, M. A patrimonialização como processo de produção social do espaço urbano. **Sociedade e Território**, n. 2, 117-135, 2016b. Disponível em <https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/9553/8163>

CASTRO, C.; TAVARES, M. Processos de turistificação do espaço do patrimônio cultural: um estudo no Centro Histórico de Belém-PA. **Revista Turismo: Estudos & Práticas**, n. 1, 57-87, 2016a. Disponível em <http://periodicos.uern.br/index.php/turismo/article/viewFile/1964/1062>

CAVALCANTE, Y. Carmo ganha restauração. Disponível em <http://www.orm.com.br/projetos/oliberal/interna/default.asp?modulo=248&codigo=604981>. Acesso em 03.06.2012.

CHOAY, F. **Alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.

FRIGOLÉ, J. (2010). Patrimonialization and the mercantilization of the autêntica. Two

fundamental strategies in a tertiary economy. In: ROIGÉ, X.; FRIGOLÉ, J. (Eds.). **Constructing Cultural and Natural Heritage**. Parks, Museums and Rural Heritage. Girona: ICRPC. p. 27-38.

LEFEBVRE, H. **The production of passe**. Oxford: Wiley-Blackwell, 1992.

TAVARES, M.; SERRA, H.; CASTRO, C.; SILVA, F.; SILVEIRA, L.; SERRA, D.; LOBATO, A.; PEREIRA, N. Roteiros geoturísticos em Belém na Amazônia brasileira: uma experiência para um melhor conhecimento e difusão do patrimônio urbano. In: IGLESIAS, M. (Org.). **Patrimônio turístico en**

Iberoamérica: experiencias de investigación, desarrollo e innovación. Santiago: Ediciones Universidad Central de Chile, 2012). p. 395-403.

TRINDADE JR. S.; AMARAL, M. Reabilitação urbana na área central de Belém-Pará: concepções e tendências de políticas urbanas emergentes. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n. 111, 73-103, 2006.

Recebido em 2016-08-02
Publicado em 2017-07-06